



Transparência Florestal

Ano I - Nº 1 - 2007/2008

MATO GROSSO

Laurent Micol
Sergio Guimarães
Ilza Mônico
Roberta dos Santos

**Análises do Desmatamento
e da Gestão Florestal**



Laurent Micol
Sergio Guimarães
Ilza Mônico
Roberta dos Santos



Transparência Florestal

Ano I - Nº 1 - 2007/2008

MATO GROSSO

**Análises do Desmatamento
e da Gestão Florestal**

É permitida a reprodução parcial deste material desde que citada a fonte.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do ICV e não pode ser tomado como expressão das posições dos apoiadores.

T772

Transparência Florestal Mato Grosso: Análises do
Desmatamento e da Gestão Florestal./ Laurent Micol;
Sérgio Guimarães; Ilza Mônico; Roberta dos Santos.
Ano I, n.1 , 2007/2008. Cuiabá: ICV, 2009.
24 p.; 20x27 cm.

1.Gestão Florestal - Mato Grosso. 2.Desmatamento.
3.Licenciamento. I. Micol, Laurent. II.Guimarães,
Sérgio. III.Mônico, Ilza. IV.Santos, Roberta dos.
I.Título.

CDU 504

AUTORES

Laurent Micol
Sergio Guimarães
Ilza Mônico
Roberta dos Santos

FOTO

Gustavo Irgang | ICV

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Rosalina Taques | DoceDesign
docedesign@docedesign.art.br | www.docedesign.art.br

Realização:



Av. São Sebastião, 4118 | Santa Helena | Cuiabá-MT
CEP 78.045-000 | Fone: (65) 3621-3148
www.icv.org.br | icv@icv.org.br

Apoio à pesquisa e publicação:





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
RESUMO	5
CONTEXTO DO DESMATAMENTO	7
ANÁLISE DE DESMATAMENTO	9
INDICADORES DE GESTÃO FLORESTAL	12
LICENCIAMENTO	12
MONITORAMENTO	16
FISCALIZAÇÃO	19
RESPONSABILIZAÇÃO	22



APRESENTAÇÃO

Apresentamos a primeira edição da série *Análises do Desmatamento da Gestão Florestal*, que visa fornecer aos gestores ambientais e à sociedade em geral informações periódicas sobre a gestão das florestas, com foco no controle do desmatamento. Essas análises dão continuidade e complementam os boletins Transparência Florestal de Mato Grosso produzidos pelo Imazon em conjunto com o ICV, entre 2006 e 2008.

Com a descentralização das atribuições da gestão florestal para os estados na Amazônia, torna-se essencial monitorar não somente as taxas de desmatamento, como também a atuação dos órgãos ambientais no controle do desmatamento em nível estadual. Nessa publicação, apresentaremos trimestralmente um resumo da dinâmica do desmatamento, um conjunto de indicadores da gestão florestal estadual e uma análise aprofundada sobre as tendências do desmatamento. Nesta primeira edição, avaliamos o ano de 2008 em comparação com 2007.

A seção "Contexto do desmatamento" mostra a dinâmica recente do desmatamento e degradação florestal, com base em dados atualizados do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), do Imazon, e do sistema Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica por Satélite) e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

A seção "Análises do desmatamento" apresenta análises aprofundadas sobre as tendências do desmatamento, procurando evidenciar os fatores que propulsionam o aumento ou a queda do desmatamento e avaliar os impactos de medidas de gestão pública.

E a seção "Indicadores da gestão florestal" compreende um conjunto de indicadores de estrutura, de produtividade e resultados, para os quatro grandes componentes do sistema de controle do desmatamento: Licenciamento, Monitoramento, Fiscalização e Responsabilização (Figura 1).



O **licenciamento** consiste no cadastramento das propriedades rurais no sistema do órgão ambiental e na emissão de autorizações para as atividades agropecárias e florestais.

O **monitoramento** visa detectar e mapear, com imagens de satélite, a ocorrência de desmatamentos, queimadas, exploração madeireira e a recuperação de áreas degradadas, nas áreas cadastradas ou não no sistema.

A **fiscalização** consiste na verificação em campo das atividades ilegais detectadas pelo monitoramento e na emissão dos autos de infração e aplicação das multas correspondentes.

A **responsabilização** é o processo jurídico que visa a execução das sanções aplicadas aos infratores, incluindo o pagamento das multas, a recuperação dos danos ambientais causados e, quando for o caso, as penas criminais.

Figura 1 - Sistema de Controle do Desmatamento
Fonte: Imazon & ICV, 2007

Esse trabalho é fruto de uma cooperação técnica entre o ICV e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT), que fornece as informações da gestão florestal estadual. Também conta com a parceria do Ministério Público Estadual (MPE) de Mato Grosso e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A abordagem empregada e os resultados apresentados permitem um acompanhamento pelo público e podem ser utilizados na formulação de estratégias visando aprimorar a gestão florestal em nível estadual, mais especificamente na construção, implementação e monitoramento do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento de Mato Grosso (PPCD-MT).



RESUMO

RETORNO À TENDÊNCIA DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

Após um período de alta no início de 2008, o desmatamento em áreas florestais do estado de Mato Grosso voltou a cair no segundo semestre de 2008. O desmatamento detectado pelo SAD entre agosto de 2008 e janeiro de 2009 foi de 199 quilômetros quadrados, 89% abaixo do valor de agosto de 2007 a janeiro de 2008 (1.741 quilômetros quadrados). No entanto, a degradação florestal continua preocupante: atingiu uma área de 350 quilômetros quadrados entre setembro de 2008 e janeiro de 2009. A degradação pode ser um sinal precursor do desmatamento.

Todos os 19 municípios matogrossenses da lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios críticos para o desmatamento na Amazônia reduziram significativamente o desmatamento em 2008, após as medidas tomadas pelo MMA no início daquele ano. De acordo com o SAD, a área desmatada nesse conjunto de municípios passou de 1.050 quilômetros quadrados em 2007 para 325 quilômetros quadrados em 2008, uma diminuição de 69%. A redução do desmatamento se concentrou no segundo semestre de 2008, com uma queda de 91% em relação ao segundo semestre de 2007.

Os demais municípios da área florestal de Mato Grosso seguiram a mesma tendência de desmatamento entre 2007 e 2008, com percentuais de redução muito similares. Portanto, outros fatores também devem ter influenciado na redução do desmatamento, sejam outras medidas do governo federal, como as restrições ao crédito agropecuário na Amazônia, sejam as melhorias na gestão florestal estadual, ou ainda fatores de ordem econômica, como a crise que atingiu a cadeia produtiva da pecuária.

EVOLUÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL

Em 2008 houve importantes avanços na gestão florestal do estado: foi fortalecida a estrutura para o licenciamento ambiental de propriedades rurais, foram iniciadas novas atividades de monitoramento, e a fiscalização foi intensificada. No entanto, o ritmo de adesão ao Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR) ainda foi lento e a efetividade da responsabilização das infrações permaneceu muito baixa.

Licenciamento

Em dezembro de 2008, o setor de licenciamento de propriedades rurais e planos de manejo florestal da Sema-MT contava com um efetivo total de 176 técnicos, um aumento de 23% em relação ao ano anterior.

Havia 9,7 mil propriedades e posses rurais cadastradas no SLAPR, cobrindo uma área de 19,7 milhões de hectares. A área cadastrada no SLAPR representava 26% da área total passível de licenciamento no estado (73,2 milhões de hectares). As demais áreas de propriedades e posses rurais (74% do total) ainda estão irregulares. As propriedades que entraram no SLAPR em 2008, com 1,24 milhão de hectares, representam apenas 1,7% da área total passível de licenciamento no estado. Com esse ritmo muito baixo de novos cadastramentos, seriam necessários cerca de 30 anos para alcançar 80% de área cadastrada no SLAPR. Portanto, é fundamental promover ativamente o licenciamento e a regularização ambiental das propriedades rurais por meio do programa MT Legal e de campanhas de notificações.

Monitoramento

A estrutura de monitoramento da Sema-MT foi aprimorada em 2008 com a constituição de uma equipe voltada ao monitoramento do desmatamento, das queimadas e da degradação florestal e de outra equipe para o monitoramento dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), com oito e quatorze técnicos, respectivamente.



O setor de monitoramento tem produzido informações estratégicas, especialmente o mapeamento de queimadas, que subsidiaram as ações de campo da fiscalização. No entanto, esses produtos ainda não foram consolidados e divulgados ao público, assim como os resultados da dinâmica de desmatamento de 2006, 2007 e 2008 – informações fundamentais para a gestão florestal. Além disso, ainda não está sendo realizado o monitoramento da exploração florestal e dos planos de manejo florestal sustentável.

Quanto ao monitoramento dos PRAD, em 2008 foram avaliados 518 projetos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP). Todos os projetos avaliados apresentaram irregularidades, revelando que a recuperação de nascentes e matas ciliares está muito precária, mesmo nas propriedades licenciadas. A recuperação ou compensação de passivos de Reserva Legal ainda não está sendo monitorada.

A estrutura e as atividades de monitoramento que começaram a ser implementadas em 2008 têm papel estratégico na gestão florestal estadual e precisam ser fortalecidas e ampliadas.

Fiscalização

No final de 2008 o setor da fiscalização florestal da Sema-MT contava com um efetivo de 25 técnicos baseados em Cuiabá (um aumento de 32% em relação a 2007), e mais 89 técnicos nas unidades regionais, parcialmente disponíveis para operações de fiscalização florestal.

Em 2008 houve um forte incremento nas atividades de fiscalização florestal da Sema-MT. Foram emitidos 504 autos de infração por desmatamento ilegal (aumento de 64% com relação a 2007), cobrindo uma área de 225 mil hectares (aumento de 60%), e aplicadas multas de R\$ 221 milhões (aumento de 227%). Na fiscalização de queimadas, foram emitidos 423 autos de infração (aumento de 404%), numa área de 312 mil hectares (aumento de 725%) com multas de R\$ 962 milhões (aumento de 823%). Somando a Sema-MT e o Ibama, o total de multas aplicadas em 2008 por desmatamento e queimadas ilegais em Mato Grosso foi de 1,7 bilhão de reais.

Responsabilização

O setor de análise e encaminhamento dos processos de infrações ambientais na Sema-MT contava no final de 2008 com 25 servidores (um aumento de 108% com relação ao final de 2007). Em 2008, essa equipe analisou 2.162 processos (151% a mais que em 2007).

Porém, apesar dessas melhorias na estrutura e na produtividade, os resultados da responsabilização das infrações ambientais em Mato Grosso ainda são muito insuficientes para promover a efetiva aplicação da legislação ambiental. Em 2008, enquanto os fiscais da Sema-MT aplicaram um total de 1,37 bilhão em multas (incluindo a fiscalização florestal, da pesca e de empreendimentos), as análises do setor de responsabilização resultaram na confirmação de somente R\$ 190 milhões de multas, e a arrecadação efetiva foi de apenas R\$ 3,4 milhões.

Esse resultado compromete os esforços feitos nos outros componentes. É necessário um investimento concentrado no fortalecimento da responsabilização para poder efetivar os resultados do licenciamento, do monitoramento e da fiscalização. Para isso, é fundamental resolver lacunas na transparência de informações sobre os processos de responsabilização e aprimorar a estrutura e os procedimentos administrativos.



CONTEXTO DO DESMATAMENTO

O desmatamento em áreas florestais no estado de Mato Grosso atingiu 3.350 quilômetros quadrados no período de Agosto de 2007 a Julho de 2008 segundo o sistema Prodes, Inpe, um incremento de 30% com relação aos 12 meses anteriores.

Essa retomada do desmatamento ocorreu após vários anos de queda sucessiva, de um patamar superior a 10 mil quilômetros quadrados anuais em 2003/04 a um patamar próximo a 2.500 quilômetros quadrados anuais em 2005/06 e 2006/07 (Figura 2).

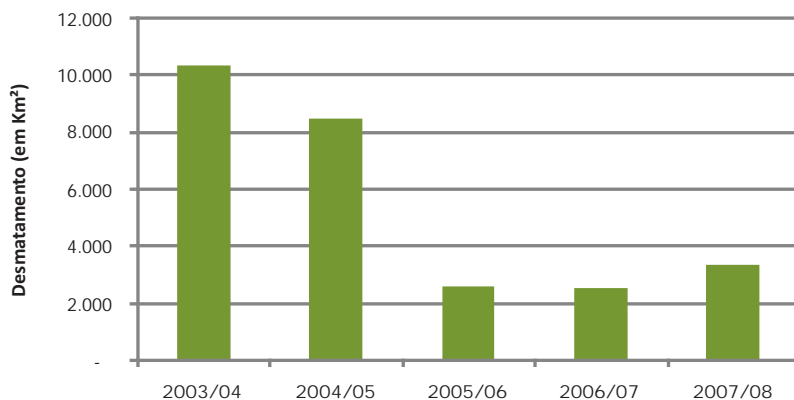


Figura 2 - Evolução do desmatamento em áreas florestais de Mato Grosso, 2004-2008
Fonte: Prodes/ Inpe

Todos os dez municípios que mais desmataram durante o período tiveram áreas desmatadas superiores ou iguais a 100 quilômetros quadrados. Entre eles, quatro municípios desmataram mais de 150 quilômetros quadrados: Feliz Natal, São Félix do Araguaia, Gaúcha do Norte e Marcelândia (Figura 3).

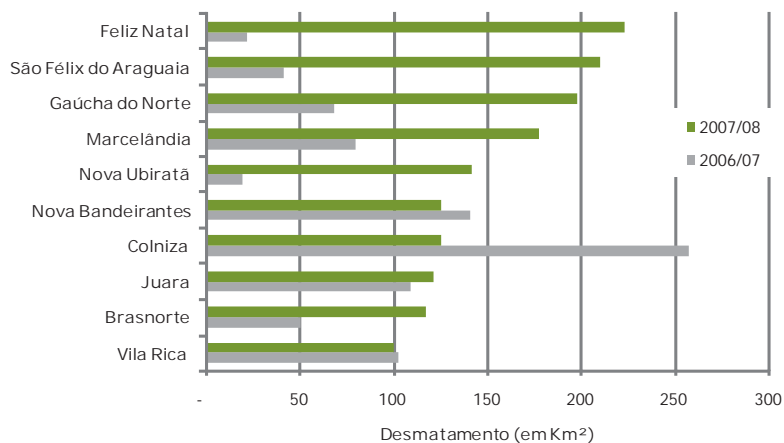


Figura 3 - Municípios que mais desmataram em Mato Grosso entre agosto de 2007 e julho de 2008
Fonte: Prodes/ Inpe

Informações mais recentes indicam um retorno à tendência de redução do desmatamento em Mato Grosso no segundo semestre de 2008.

Segundo dados do SAD, do Imazon, no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009 o desmatamento detectado nas áreas florestais de Mato Grosso foi de 197 quilômetros quadrados, uma redução de 89% em relação ao período de agosto de 2007 a janeiro de 2008 (1.741 quilômetros quadrados) (Figura 4).

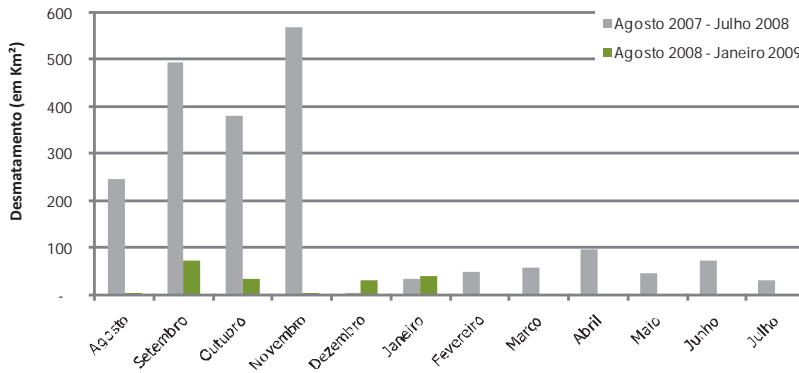


Figura 4 - Evolução do desmatamento em áreas florestais de Mato Grosso entre agosto/07 e janeiro/09

Fonte: SAD/ Imazon

Ao desmatamento devem se somar as áreas de degradação florestal, que passaram a ser reportadas pelo SAD a partir de Setembro de 2008. Entre aquele mês e janeiro de 2009, foram registrados 346 quilômetros quadrados de degradação florestal no estado.



ANÁLISE DE DESMATAMENTO

EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NOS 19 MUNICÍPIOS CRÍTICOS DE MATO GROSSO, 2007-2008

O desmatamento foi de 557 quilômetros quadrados nas áreas florestais de Mato Grosso entre janeiro e dezembro de 2008, uma redução de 72% com relação ao ano anterior (2.006 quilômetros quadrados). Essa redução foi distribuída entre os municípios críticos e os demais municípios do estado.

No final de 2007 e início de 2008, o Governo Federal lançou medidas destinadas à fortalecer o monitoramento e controle do desmatamento ilegal em 36 municípios considerados críticos para o desmatamento na Amazônia¹. Desses municípios, 19 estão localizados em Mato Grosso. Para avaliar a efetividade dessas medidas estruturantes de gestão florestal, analisamos a evolução do desmatamento nos municípios críticos do estado entre 2007 e 2008.

Como os dados do sistema Prodes, do Inpe, cobrem o período de agosto a julho de cada ano, não podem ser utilizados para avaliar o efeito dessas medidas. Usamos nessa análise dados mensais do SAD, do Imazon.

Nos 19 municípios críticos, o desmatamento caiu de 1.050 quilômetros quadrados em 2007 para 325 quilômetros quadrados em 2008, uma redução de 69%, enquanto nos demais municípios do Estado, o desmatamento caiu de 957 quilômetros quadrados em 2007 para 231 quilômetros quadrados em 2008, uma redução de 76% (Figura 5, Tabela 1).

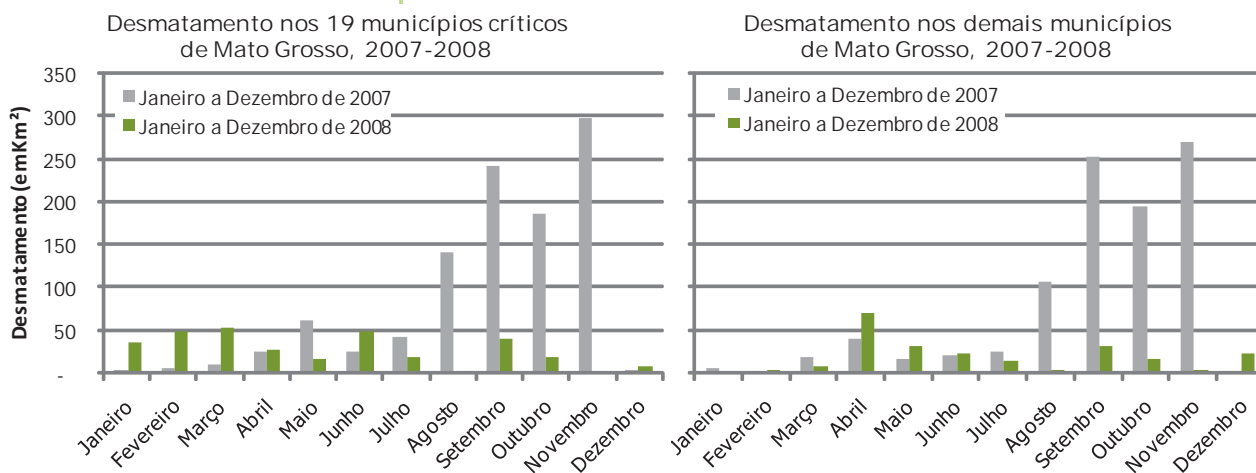


Figura 5 - Desmatamento mensal em áreas florestais dos municípios de Mato Grosso, 2007-2008
Fonte: SAD/ Imazon

¹ Decreto Federal nº6321 de 21 de dezembro de 2007: Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, e Portaria MMA nº28, de 24 de janeiro de 2008: Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

Em ambos os grupos de municípios (críticos e não críticos), o primeiro semestre de 2008 apresentava uma tendência de alta e o segundo semestre de 2008 teve uma queda acentuada em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Nos 19 municípios críticos, o desmatamento no primeiro semestre de 2008 foi de 232 quilômetros quadrados, um aumento de 76% com relação ao primeiro semestre de 2007. Já o desmatamento no segundo semestre de 2008 foi de 93 quilômetros quadrados nesses municípios, uma redução de 90% com relação ao segundo semestre de 2007 (Figura 5).

Nos demais municípios, o desmatamento no primeiro semestre de 2008 foi de 137 quilômetros quadrados, um aumento de 33% com relação ao primeiro semestre de 2007, enquanto o desmatamento no segundo semestre de 2008 foi de 94 quilômetros quadrados, uma redução de 89% com relação ao segundo semestre de 2007 (Figura 5).

Ocorreu uma inversão da tendência do desmatamento em meados de 2008, que atingiu tanto os municípios críticos quanto os demais. A redução do desmatamento pode ter sido devida também a fatores como as restrições ao crédito agropecuário na Amazônia para propriedades sem regularização ambiental (a partir de julho de 2008) e a crise econômica do setor da pecuária.

Evolução por município

Seis municípios da lista dos municípios críticos apresentaram redução igual ou maior a 80%: Brasnorte (-96%), Marcelândia (-94%), Juína (-90%), Alta Floresta (-87%), Vila Rica (-84%) e Paranaíta (-80%). O município que apresentou a menor redução foi São Félix do Araguaia (-18%). Os demais municípios críticos de Mato Grosso tiveram 44% a 77% de redução do desmatamento em 2008 com relação a 2007 (Figura 6, Tabela 1).

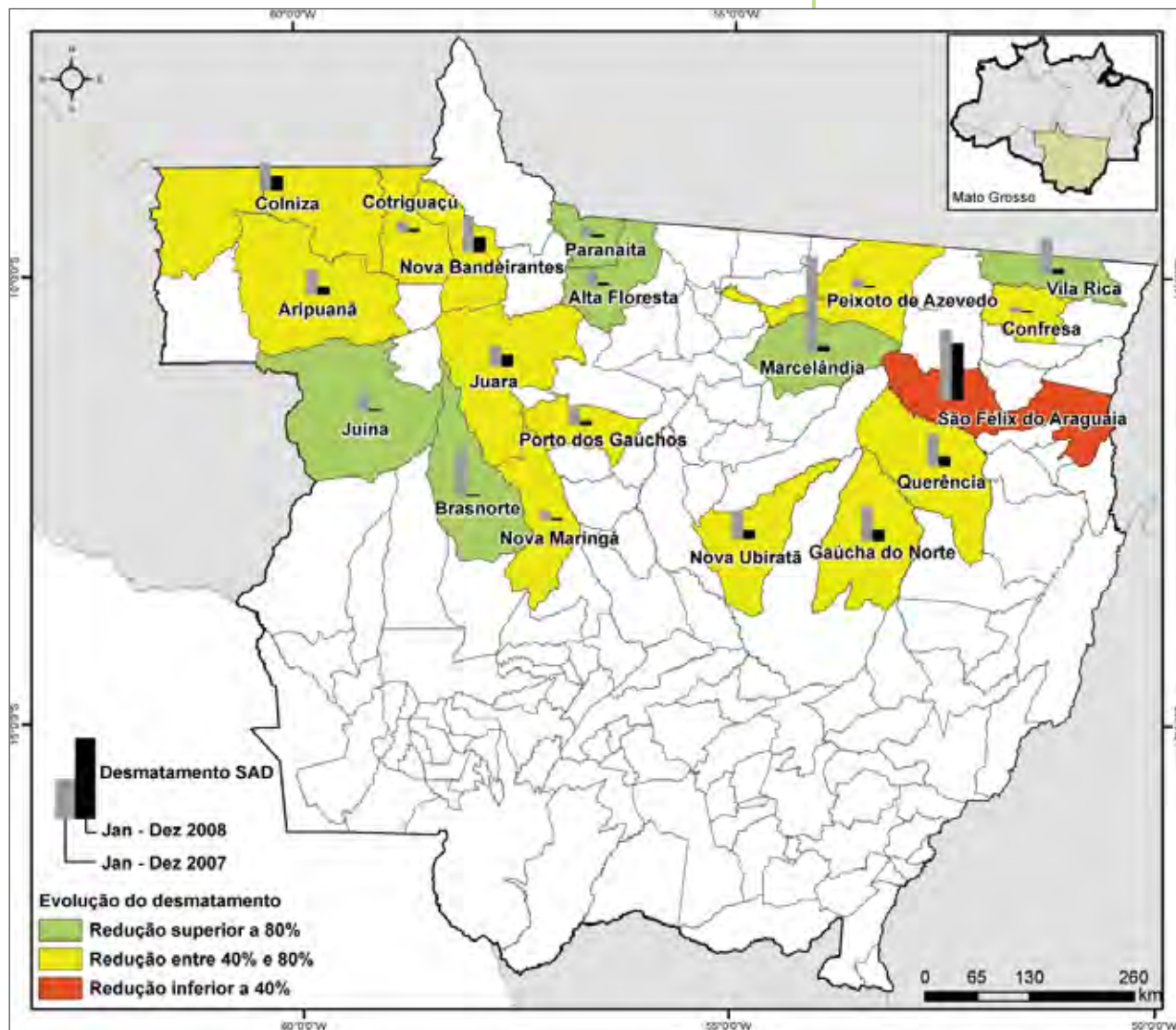


Figura 6 - Evolução do desmatamento nos municípios críticos de Mato Grosso, 2007-2008
Fonte: SAD/ Imazon

Tabela 1 - Evolução do desmatamento nos municípios de Mato Grosso, 2007-2008

Municípios	Desmatamento detectado pelo SAD (em km ²)		
	Janeiro - Dezembro 2007	Janeiro - Dezembro 2008	Variação
Brasnorte	92	4	-96%
Marcelândia	179	10	-94%
Juina	38	4	-90%
Alta Floresta	27	4	-87%
Vila Rica	68	11	-84%
Paranaíta	20	4	-80%
Peixoto de Azevedo	18	4	-77%
Nova Maringá	19	5	-72%
Porto dos Gaúchos	33	9	-72%
Cotriguaçu	21	6	-71%
Aripuanã	48	15	-69%
Nova Ubiratã	55	17	-68%
Gaúcha do Norte	67	21	-68%
Querência	62	20	-68%
Confresa	10	4	-60%
Nova Bandeirantes	69	30	-57%
Colniza	51	27	-48%
Juara	40	23	-44%
São Félix do Araguaia	133	108	-18%
Subtotal municípios críticos	1.050	325	-69%
Subtotal demais municípios	957	231	-76%
Total área florestal de Mato Grosso	2.006	557	-72%

Todos os 19 municípios críticos do estado registraram redução do desmatamento no período de janeiro a dezembro de 2008 com relação ao ano anterior.

Fonte: SAD/ Imazon



INDICADORES DE GESTÃO FLORESTAL

Elaboramos um quadro de avaliação composto de 22 indicadores (Tabela 2), que serão empregados trimestralmente no monitoramento dos componentes de Licenciamento, Monitoramento, Fiscalização e Responsabilização da Sema-MT. Os indicadores dividem-se em indicadores de estrutura e indicadores de produtividade e resultados.

Os indicadores de estrutura permitem acompanhar os investimentos nos diferentes setores em termos de pessoal e equipamentos essenciais, enquanto os indicadores de produtividade e resultados permitem acompanhar a produtividade de cada setor e a efetividade da gestão florestal.

Tabela 2 - Quadro de indicadores de gestão florestal

Componentes:	Licenciamento	Monitoramento	Fiscalização	Responsabilização
Indicadores de estrutura	<ul style="list-style-type: none"> Quadro de pessoal para o licenciamento e autorizações 	<ul style="list-style-type: none"> Quadro de pessoal para o monitoramento da cobertura florestal Quadro de pessoal para o monitoramento dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Quadro de pessoal de fiscalização florestal Quadro de pessoal das Unidades Regionais Veículos e equipamentos essenciais da fiscalização Veículos disponíveis nas unidades regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Quadro de pessoal para responsabilização administrativa
Indicadores de produtividade e resultados	<ul style="list-style-type: none"> Número e área de propriedades rurais cadastradas no sistema Número e área de autorizações emitidas Tempo médio de tramitação das licenças ambientais emitidas 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade da informação sobre desmatamento, queimadas e exploração florestal Número de PRAD monitorados Resultados do monitoramento de PRAD 	<ul style="list-style-type: none"> Número, área e valor de autos de infração da Sema-MT e do Ibama por desmatamentos e queimadas ilegais Número de autos de notificação para licenciamento ambiental emitidos Número e área de termos de embargo emitidos Número de termos de apreensão emitidos e volume de madeira apreendida 	<ul style="list-style-type: none"> Número de processos administrativos analisados Resultados da análise de processos Número e resultados das deliberações sobre recursos de 1ª e 2ª instância Valor das multas aplicadas e arrecadadas

Fonte: ICV

LICENCIAMENTO

O componente de licenciamento na gestão florestal consiste no cadastramento das propriedades rurais no sistema do órgão ambiental e na emissão de licenças e autorizações para as atividades agropecuárias e florestais.

O Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR) passou a funcionar em Mato Grosso a partir do ano de 2000. Em 2007, as funcionalidades do sistema foram aprimoradas com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam).

Para a regularização ambiental na Sema-MT, os imóveis rurais são cadastrados em um sistema de informações georreferenciadas onde constam os limites e a extensão das atividades agropecuárias e florestais, sendo assim mapeados seus ativos

Com o aumento de 23% do seu efetivo ocorrido em 2008, a Superintendência de Gestão Florestal conta com 176 funcionários. Para consolidar essa estrutura, ainda precisa fortalecer o quadro de servidores concursados, substituindo terceirizados e comissionados.

O número e a área total de propriedades cadastradas no SLAPR cresceram pouco em 2008. A área total cadastrada representa cerca de 26% da área total passível de licenciamento no estado, um valor muito aquém do necessário para permitir um controle efetivo do desmatamento e das atividades florestais.

Considerando a meta do governo de estado de dobrar a área cadastrada no SLAPR até 2010, serão necessárias medidas muito fortes de incentivo e de constrangimento para a regularização ambiental de propriedades rurais.

e passivos ambientais. Após a análise documental e conferência das informações apresentadas pelo proprietário, são firmados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) nos casos onde há passivo ambiental, e, em caso de cumprimento de todos os requisitos, as licenças ambientais são emitidas. A partir desse momento, os proprietários podem requerer a aprovação de Projetos de Exploração Florestal e Planos de Manejo Florestal Sustentável, bem como a emissão de autorizações para desmatamento ou queimadas dentro dos limites legais. O eventual não cumprimento dos TAC sujeita os proprietários ao cancelamento da licença.

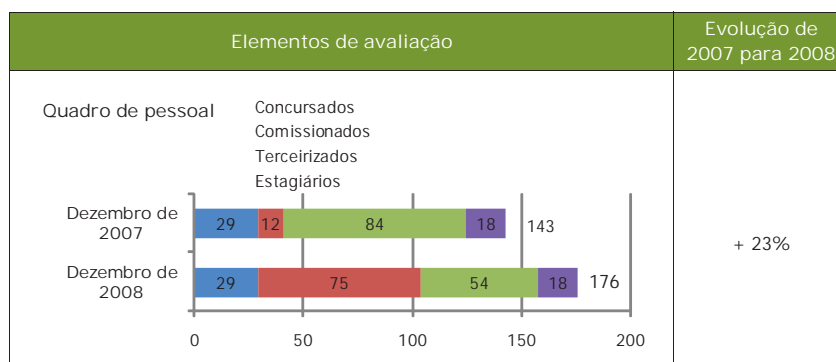
O cadastramento das propriedades na base permite o monitoramento dessas áreas para fins de controle de desmatamento, queimadas, degradação florestal e recuperação de áreas degradadas, além do monitoramento de planos de manejo e de exploração florestal autorizados.

O licenciamento de propriedades rurais é gerenciado pela Superintendência de Gestão Florestal (SGF).

Indicadores de estrutura do licenciamento

A SGF conta com um quadro de pessoal consistente e crescente para o licenciamento de propriedades rurais e planos de manejo florestal. No final de 2008, possuía um efetivo total de 176 pessoas, composto de 29 servidores concursados (16% do total), 75 comissionados (43%), 54 terceirizados (31%) e 18 estagiários (10%). Esse efetivo total cresceu 23% com relação ao final de 2007. Durante o ano de 2008 houve um aumento de 63 servidores comissionados e uma redução de 30 funcionários terceirizados (que representavam 59% do efetivo total em 2007) (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores de estrutura do licenciamento



Fontes: Planilhas fornecidas pela SGF, Dados documentais da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Sema-MT

Indicadores de produtividade e resultados do licenciamento

Até dezembro de 2008 existiam 7.002 propriedades com licença ambiental liberada, cobrindo uma área de 17,25 milhões de hectares, e 2.782 propriedades em processo de licenciamento, com área de 2,48 milhões de hectares (Quadro 2). Assim, a área total de propriedades cadastradas no SLAPR (licenciadas ou em licenciamento) totalizava 19,7 milhões de hectares. Descontando áreas que sobrepõem com Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, a área total cadastrada representa 25,7% do total de áreas passíveis de licenciamento no estado (73,2 milhões de hectares) (Figura 8).

O incremento da área total cadastrada no SLAPR em 2008 foi de 1,24 milhão de hectares (Quadro 2). Esse incremento representa apenas 1,69% da área total passível de licenciamento no estado. Mantendo esse ritmo de cadastramento de novas áreas no SLAPR, seriam necessários cerca de 32 anos para atingir 80% de área cadastrada.

Durante o ano de 2008 foram concedidas 438 novas licenças ambientais, um número 54% maior que em 2007 (285 licenças). A área das propriedades que obtiveram a licença em 2008 foi de 742 mil hectares, 43% a mais que em 2007 (520 mil hectares). No entanto, esses valores representam apenas 20% do número e 13% da área das propriedades que foram licenciadas em 2003, ano em que foi registrada a maior emissão de licenças ambientais para propriedades rurais em Mato Grosso até o momento (Figura 7).

Para essas licenças emitidas em 2008, o tempo médio de tramitação entre o início do processo e a aprovação final da LAU foi de 574 dias. Esse tempo médio foi excepcionalmente longo, e maior que o prazo médio para as licenças liberadas em 2007 (328 dias) (Quadro 2). Em 2008, muitos processos que estavam parados por vários anos foram retomados e complementados em suas pendências para liberação das licenças.

Neste último ano foram implantados novos procedimentos de análise dos processos bem como novas tecnologias como o “importador de shape”, que permite o lançamento automático das informações georreferenciadas do imóvel pelo proprietário e possui alerta automático para falhas documentais nos processos. Isso, de acordo com a SGF, está possibilitando uma tramitação mais rápida dos processos, em até 60 dias entre a entrada no protocolo e a liberação das licenças. Com isso, espera-se uma redução do tempo médio de tramitação dos processos em 2009. A SGF tem como meta analisar e concluir novos processos em 90 dias, e analisar 5.000 processos por ano.

Para as propriedades licenciadas, podem ser emitidas autorizações para exploração florestal, desmatamento e manejo florestal sustentável. A modalidade de Áreas de Exploração Florestal (AEF) começou a existir em 2007 para autorizar a retirada de madeira em áreas localizadas fora da reserva legal. Até então, só eram emitidas Autorizações para Desmatamento (AD). Desde 2007 foram emitidas 399 autorizações para exploração florestal cobrindo uma área de 132 mil hectares; em 2008 foram 77 autorizações para uma área de 22 mil hectares (Quadro 2).

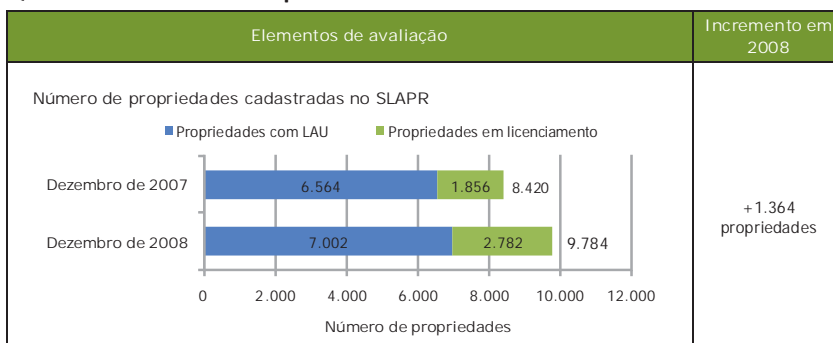
Quanto às Autorizações de Desmatamento (AD), desde 2001 foram liberadas 4.152 autorizações, com uma área de 1,54 milhões de hectares (Quadro 2). Durante o mesmo período, a quantidade total de desmatamento no estado foi de cerca de 8,5 milhões de hectares.

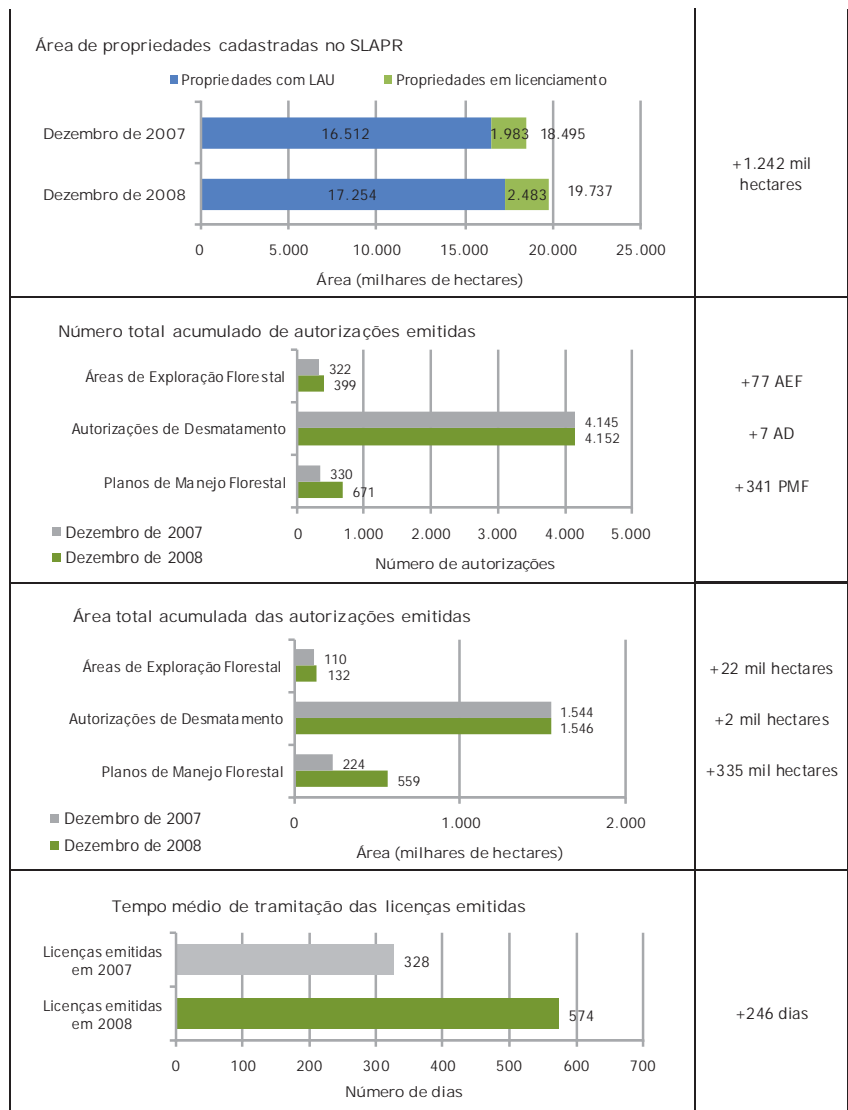
No ano de 2008 foram emitidas apenas sete AD somando uma área de dois mil hectares (Quadro 2). No mesmo período o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon, registrou 55,7 mil hectares de desmatamento somente nas áreas florestais de Mato Grosso (o sistema não monitora as áreas de cerrado).

Em termos de Planos de Manejo Florestal (PMF), que delimitam áreas onde poderá se proceder ao manejo sustentável dos produtos florestais (geralmente, a madeira), foram autorizados 671 projetos com uma área total de 559 mil hectares desde que a Sema-MT assumiu essa atribuição (que antes era do Ibama), em janeiro de 2006. Durante o ano de 2008, o número e a área total de PMF autorizados mais que dobrou (Quadro 2). Ainda assim, a área total sob manejo florestal sustentável em Mato Grosso ainda está insuficiente para abastecer a indústria de base florestal do estado, que ainda recorre aos desmatamentos e à exploração madeireira ilegal. São necessárias ações de incentivo bem como de monitoramento e controle e de capacitação para poder incrementar a quantidade de área de floresta manejada legalmente no estado e a qualidade desses manejos.

Desde a implantação do SLAPR, a área com autorizações de desmatamento representa menos de 20% da área efetivamente desmatada. A prática mais comum tem sido de desmatar sem autorização, e depois eventualmente procurar a regularização ambiental.

Quadro 2 - Indicadores de produtividade e resultados do licenciamento





Fontes: Base de dados em formato shape e planilhas fornecidas pela SGF

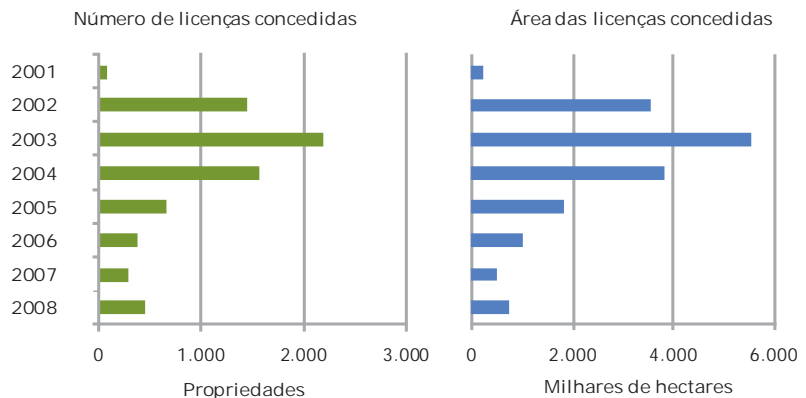


Figura 7 - Número e área de propriedades rurais licenciadas por ano em Mato Grosso, 2001-2008
Fonte: Planilhas fornecidas pela SGF

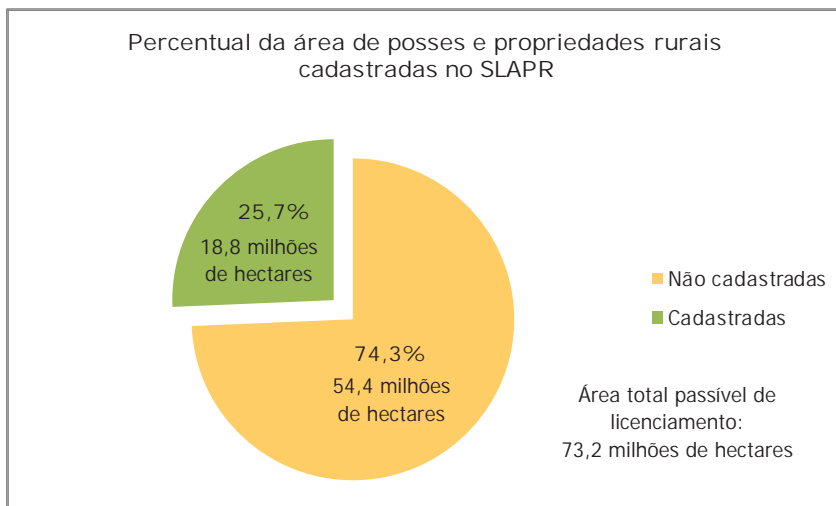


Figura 8 - Percentual de área cadastrada no SLAPR² (propriedades licenciadas ou em licenciamento), dez/2008

Fonte: Arquivos em formato shape e planilhas Excel fornecidas pela Superintendência de Gestão Florestal Sema/MT

MONITORAMENTO

O componente de monitoramento na gestão florestal consiste na detecção e no mapeamento da ocorrência de desmatamentos, queimadas, exploração madeireira e da recuperação de áreas degradadas, nas áreas cadastradas ou não no sistema de licenciamento. Os dados do monitoramento servem de base para o planejamento das ações de fiscalização e responsabilização das infrações.

No monitoramento do desmatamento, é necessário mapear anualmente todas as áreas que sofreram corte raso e conversão da vegetação nativa para atividades agropecuárias, bem como detectar novos desmatamentos em tempo quase-real (periodicidade mensal). Além disso, também é importante mapear a degradação das florestas, que pode indicar a ocorrência de exploração madeireira ilegal ou outras atividades precursoras do desmatamento.

O monitoramento das queimadas, uma forma de degradação florestal intensa, também é necessário no âmbito da gestão florestal. Para isso, são úteis os dados de focos de calor que, apesar de pouco precisos em termos de localização, têm disponibilidade diária. Além disso, também precisa mapear anualmente as áreas queimadas, o que pode ser utilizado diretamente na emissão de autos de infração pela fiscalização.

O monitoramento da exploração madeireira é fundamental para o controle das atividades florestais. Esse monitoramento consiste em mapear periodicamente (por exemplo, anualmente) as áreas de exploração madeireira, o que permite identificar ocorrências de exploração ilegal, como também em monitorar os planos de manejo florestal aprovados, o que permite conferir a execução desses planos e a qualidade do manejo realizado. O mapeamento da exploração madeireira pode ser realizado por meio de sensoriamento remoto (uso e interpretação de imagens de satélite), enquanto o monitoramento dos planos de manejo requer a combinação do sensoriamento remoto com vistorias em campo.

Além desse monitoramento das diferentes formas de degradação da cobertura florestal, também é necessário monitorar a efetiva recuperação dos passivos ambientais (sejam de reservas legais ou de áreas de preservação permanente), que é uma exigência para a regularização ambiental das propriedades rurais. Trata-se do monitoramento dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) que são objeto dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados no momento do

² A área total considerada como passível de licenciamento ambiental rural corresponde à área total do estado menos a área de Unidades de Conservação (UC), Terras Indígenas (TI) e manchas urbanas. Nessa análise, descontamos da área cadastrada no SLAPR a área das propriedades que sobrepõem com UC, TI e manchas urbanas.

Para que possa realizar mapeamentos anuais completos do desmatamento e das queimadas e implementar o monitoramento da degradação florestal e da exploração madeireira legal e ilegal, é necessário dobrar o número de técnicos, intensificar a capacitação, e consolidar a estrutura de equipamentos e softwares especializados.

A equipe dedicada a monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos proprietários rurais para obtenção da licença ambiental tem um papel fundamental e precisa ser fortalecida.

licenciamento. Esse monitoramento requer análise documental e vistorias a campo, e pode ser complementado com sensoriamento remoto, necessitando de imagens de satélite de alta resolução espacial. Da mesma forma, o cumprimento dos Termos de Compromisso de Compensação (TCC), pelos quais os proprietários com passivo de reserva legal se comprometem a compensar esse passivo pela aquisição de área de reserva equivalente em outro local, também deve ser monitorado.

Na Sema-MT, o monitoramento da cobertura florestal (desmatamento, degradação, queimadas e exploração florestal) é de responsabilidade da Coordenadoria de Geotecnologia, criada em 2008 e ligada à Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais (SMIA). Já o monitoramento de PRAD é realizado pela Coordenadoria de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas, também criada em 2008, e subordinada à Superintendência de Biodiversidade (SUBIO). O monitoramento dos TAC e dos TCC subsidia ações da Sub-Procuradoria Geral de Meio Ambiente do Estado, que pode acionar juridicamente os proprietários que não estiverem cumprindo esses termos.

Indicadores de estrutura do monitoramento

As duas equipes dedicadas ao monitoramento foram criadas em 2008 e contavam no final desse ano com 22 servidores, sendo oito na Coordenadoria de Geotecnologia e quatorze na Coordenadoria de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas (Quadro 1).

A Coordenadoria de Geotecnologia realiza o monitoramento das queimadas, produz análises de desmatamento para o setor da responsabilização das infrações, e passará a realizar o monitoramento do desmatamento a partir deste ano. Antes da criação dessa coordenadoria, o monitoramento do desmatamento era terceirizado e o monitoramento de queimadas não era feito de forma sistemática. A criação dessa coordenadoria tem importância estratégica para a gestão florestal do estado e sua estrutura precisa ser fortalecida.

A Coordenadoria de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas realiza o monitoramento dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). Com a estrutura disponível, só foi possível iniciar o monitoramento de PRAD de Áreas de Preservação Permanente (APP), mas ainda não de reservas legais.

Quadro 3 - Indicadores de estrutura do monitoramento

Elementos de avaliação		Evolução de 2007 para 2008
<p>Quadro de pessoal do monitoramento da cobertura florestal</p> <p>Dezembro de 2007: 0</p> <p>Dezembro de 2008: 6 (Concursados) + 1 (Comissionados) + 1 (Estagiários) = 8</p>		N.A.
<p>Quadro de pessoal do monitoramento dos PRAD</p> <p>Dezembro de 2007: 0</p> <p>Dezembro de 2008: 13 (Concursados) + 1 (Estagiários) = 14</p>		N.A.

Fontes: Consultas e dados documentais das Coordenadorias de Geotecnologias e de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas da Sema-MT

Indicadores de produtividade e resultados do monitoramento

A principal inovação de 2008 em termos de monitoramento da cobertura florestal foi a realização do mapeamento das queimadas, que teve um importante papel no desempenho da fiscalização de queimadas nesse ano (ver abaixo, componente fiscalização). Porém, ainda falta disponibilizar esses dados ao público. Em termos de desmatamento e degradação florestal, as informações atualmente disponíveis são oriundas dos sistemas de monitoramento do Inpe e do Imazon e só abrangem a área florestal do estado, deixando a área de cerrado sem monitoramento. Os dados da Dinâmica de desmatamento, que abrange toda a área do estado, só estão disponíveis até o período 2004/05 (os dados dos períodos 2005/06 e 2006/07 já foram produzidos, porém ainda não foram disponibilizados ao público). Quanto ao monitoramento da exploração florestal, novas metodologias foram desenvolvidas e testadas na região noroeste do estado para mapear as áreas de exploração legal e ilegal e monitorar os planos de manejo florestal, porém essas metodologias ainda não foram implementadas até o final de 2008 (Quadro 4).

O monitoramento de PRAD iniciou em abril de 2008 e representa uma importante inovação na gestão florestal do estado. Em 2008 foram avaliados 518 PRAD de Área de Preservação Permanente degradada. Esse número representa 29% do total de 1.765 PRAD registrados³, e somente 13 projetos foram vistoriados in loco (Quadro 4). Os PRAD de passivos de reserva legal ainda não começaram a ser monitorados. Os resultados do monitoramento dos PRAD foram muito preocupantes: em 40% dos casos analisados, os relatórios anuais não tinham sido entregues, caracterizando irregularidade; além disso, em todos os casos em que os relatórios foram entregues, esses relatórios apresentaram irregularidades; e todos os projetos vistoriados em campo apresentaram irregularidades (Quadro 4).

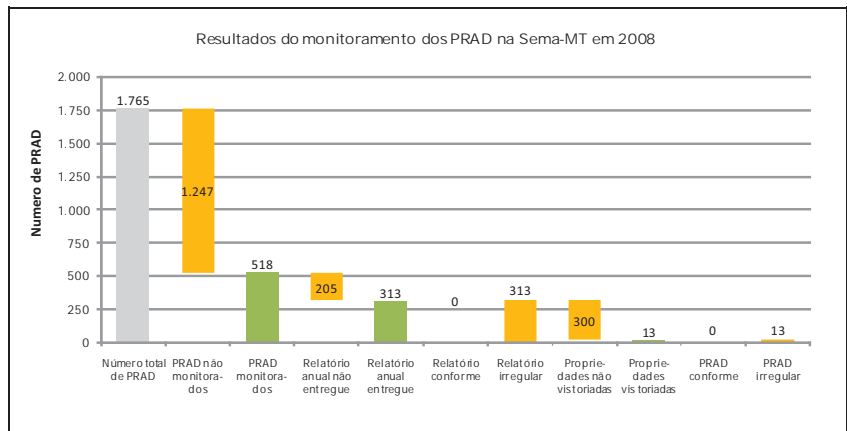
O mapeamento das queimadas foi uma importante inovação em 2008, porém o monitoramento do desmatamento ainda está incompleto e tem atraso de dois anos na divulgação, enquanto o monitoramento da recuperação de áreas degradadas ainda é incipiente. Apesar dos avanços realizados, ainda existe uma fragilidade no componente de monitoramento, que requer importantes investimentos.

Atualmente, uma proporção mínima das áreas degradadas do estado está sendo efetivamente recuperada, mesmo em propriedades com licença ambiental - o que é uma falha grave no sistema de gestão florestal estadual. É fundamental fortalecer o monitoramento dos PRAD e implementar também o monitoramento da recuperação dos passivos de reservas legais.

Quadro 4 - Indicadores de produtividade e resultados do monitoramento

Elementos de avaliação						
Disponibilidade de informações sobre desmatamento, queimadas e exploração florestal						
Tipo de informação	Fonte	Frequência	Abrangência geográfica	Classes de dados disponíveis	Situação em Dezembro de 2008	Situação em Dezembro de 2007
Mapeamento detalhado do desmatamento	Prodes/ Inpe	Anual	Áreas florestais da Amazônia	Desmatamento (corte raso)	Disponível para 2007/08	Disponível para 2006/07
	Estado MT	Anual	Áreas florestais e de cerrado de MT	Desmatamento (corte raso)	Atrasado (últimos dados: 2004/05)	Atrasado (últimos dados: 2004/05)
Detecção de novos desmatamentos	Deter/ Inpe	Mensal	Áreas florestais da Amazônia	Desmatamento (inclui corte raso e degradação)	Disponível	Disponível
	SAD/ Imazon	Mensal	Áreas florestais da Amazônia	Desmatamento (corte raso) e Degradação	Disponível	Disponível
Mapeamento detalhado de queimadas	Estado MT	Anual	Áreas prioritárias de MT	Queimadas	Disponível para 2007	Não disponível
Detecção dos focos de calor	CPTEC/ Inpe	Diária	Brasil	Focos de calor	Disponível	Disponível
Exploração florestal	-	Anual	Áreas florestais e planos de manejo	-	Não disponível	Não disponível

³ Um levantamento realizado pela Sub-Procuradoria Geral do Estado registrou 1.765 PRAD existentes até o final de 2008. Porém, muitos processos de anos anteriores a 2005 podem não ter sido abrangidos nesse levantamento.



Fonte: Dados documentais das Coordenadorias de Geotecnologias e de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas, Sema-MT

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização consiste na verificação em campo das atividades ilegais detectadas pelo monitoramento e na aplicação das multas e execução dos embargos e apreensões cabíveis. As equipes de fiscalização, ao constatar infrações ambientais, emitem notificações para licenciamento ambiental e lavram autos de infração (por desmatamento ou queimadas ilegais), bem como termos de embargo de propriedades e áreas desmatadas e termos de apreensão de madeira extraída ilegalmente e de equipamentos usados para praticar atividades ilegais. Esses instrumentos de fiscalização geram a abertura de processos administrativos no âmbito do órgão ambiental, bem como podem originar a abertura de processos criminais pelo Ministério Público.

A fiscalização de atividades florestais na Sema-MT é realizada pela Coordenadoria de Fiscalização Florestal e Unidades de Conservação vinculada à Superintendência de Fiscalização (SUF), que opera através de sua sede em Cuiabá e conta com o apoio de 11 escritórios regionais. O Ibama também realiza operações de fiscalização florestal, cumprindo seu papel supletivo ao órgão ambiental estadual.

Indicadores de estrutura da fiscalização

A estrutura de pessoal e equipamentos disponível para as atividades de fiscalização florestal na Sema-MT apresentou uma evolução limitada de 2007 para 2008.

A Coordenadoria de Fiscalização Florestal e Unidades de Conservação da Sema-MT tinha no final de 2008 um total de 25 técnicos, incluindo três concursados (12% do total), 19 comissionados (76%) e três estagiários (12%). Esse efetivo era 32% maior do que no final de 2007 (19 técnicos), com um concursado a menos, cinco comissionados a mais e dois estagiários a mais. Em termos de veículos, essa coordenadoria contava no final de 2008 com nove utilitários, três motos e um helicóptero locado da Polícia Militar, sem alteração com relação ao final de 2007. Quanto aos equipamentos, tinha 19 GPS e 16 máquinas fotográficas, em forte aumento com relação ao final de 2007 (quando eram sete GPS e quatro máquinas fotográficas) (Quadro 5).

A falta de investimento na capacitação dos fiscais gera um risco de emissão de autos de infração inválidos, o que pode ser um dos motivos pela falta de efetividade da responsabilização das infrações ambientais. A falta de pessoal administrativo no setor da fiscalização tem causado um atraso no lançamento dos processos no sistema de informações (Simlam), que dificulta a geração e divulgação de dados e relatórios da fiscalização, bem como o acompanhamento dos resultados dos autos de infração emitidos. Além disso, é importante que a fiscalização possua uma estrutura mínima de geoprocessamento para atender com mais agilidade demandas básicas das atividades, como por exemplo a geração de cartas-imagem para saídas a campo ou o mapeamento de focos de calor.

Apesar das melhorias ocorridas em 2008, ainda existem fragilidades na estrutura da fiscalização da Sema-MT.

Com 25 técnicos de fiscalização florestal (um crescimento de 32% com relação a 2007), foi possível atender à demanda da fiscalização em 2008. Porém é necessário aumentar a proporção de servidores concursados e investir mais em capacitação para minimizar os riscos de cancelamento de autos de infração. Também é necessário aumentar a equipe administrativa para reverter o atraso no lançamento dos processos Simlam, bem como implementar uma estrutura mínima de geoprocessamento para agilizar as operações de fiscalização.

Quanto as 11 Unidades Regionais da Sema-MT, que podem apoiar ações de fiscalização florestal (entre outras atividades), possuíam no final de 2008 um total de 89 técnicos, dos quais 49% de concursados, 46% de comissionados e 4% de estagiários. Esse efetivo total das regionais estava 10% maior do que no final de 2007 (81 técnicos). Essas unidades regionais possuíam no final de 2008 um total de 40 veículos utilitários e oito motos, sem alteração com relação ao ano anterior (Quadro 5).

A estrutura das 11 Unidades Regionais, com 89 técnicos, representa um importante potencial a ser melhor empregado no apoio às ações de fiscalização da Sema-MT.

Quadro 5 - Indicadores de estrutura da fiscalização da Sema-MT

Elementos de avaliação		Evolução de 2007 para 2008																								
<p>Quadro de pessoal de fiscalização florestal na Sema-MT, em Cuiabá</p> <table border="1"> <caption>Quadro de pessoal de fiscalização florestal na Sema-MT, em Cuiabá</caption> <thead> <tr> <th>Mês</th> <th>Concursados</th> <th>Comissionados</th> <th>Terceirizados</th> <th>Estagiários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dezembro de 2007</td> <td>4</td> <td>14</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Dezembro de 2008</td> <td>3</td> <td>19</td> <td>3</td> <td>0</td> <td>25</td> </tr> </tbody> </table>		Mês	Concursados	Comissionados	Terceirizados	Estagiários	Total	Dezembro de 2007	4	14	1	0	19	Dezembro de 2008	3	19	3	0	25	+ 32%						
Mês	Concursados	Comissionados	Terceirizados	Estagiários	Total																					
Dezembro de 2007	4	14	1	0	19																					
Dezembro de 2008	3	19	3	0	25																					
<p>Quadro de pessoal total das Unidades Regionais da Sema-MT</p> <table border="1"> <caption>Quadro de pessoal total das Unidades Regionais da Sema-MT</caption> <thead> <tr> <th>Mês</th> <th>Concursados</th> <th>Comissionados</th> <th>Terceirizados</th> <th>Estagiários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dezembro de 2007</td> <td>4</td> <td>14</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Dezembro de 2008</td> <td>3</td> <td>19</td> <td>3</td> <td>0</td> <td>89</td> </tr> </tbody> </table>		Mês	Concursados	Comissionados	Terceirizados	Estagiários	Total	Dezembro de 2007	4	14	1	0	81	Dezembro de 2008	3	19	3	0	89	+ 10%						
Mês	Concursados	Comissionados	Terceirizados	Estagiários	Total																					
Dezembro de 2007	4	14	1	0	81																					
Dezembro de 2008	3	19	3	0	89																					
<p>Veículos e equipamentos essenciais na fiscalização da Sema-MT, em Cuiabá</p> <table border="1"> <caption>Veículos e equipamentos essenciais na fiscalização da Sema-MT, em Cuiabá</caption> <thead> <tr> <th>Equipamento</th> <th>Dezembro de 2007</th> <th>Dezembro de 2008</th> <th>Evolução</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Veículos utilitários</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Motos</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Helicóptero</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>GPS</td> <td>7</td> <td>19</td> <td>+171%</td> </tr> <tr> <td>Máquinas Fotográficas</td> <td>4</td> <td>16</td> <td>+300%</td> </tr> </tbody> </table>		Equipamento	Dezembro de 2007	Dezembro de 2008	Evolução	Veículos utilitários	9	9	0%	Motos	3	3	0%	Helicóptero	1	1	0%	GPS	7	19	+171%	Máquinas Fotográficas	4	16	+300%	
Equipamento	Dezembro de 2007	Dezembro de 2008	Evolução																							
Veículos utilitários	9	9	0%																							
Motos	3	3	0%																							
Helicóptero	1	1	0%																							
GPS	7	19	+171%																							
Máquinas Fotográficas	4	16	+300%																							
<p>Veículos nas Unidades Regionais da Sema-MT</p> <table border="1"> <caption>Veículos nas Unidades Regionais da Sema-MT</caption> <thead> <tr> <th>Veículo</th> <th>Dezembro de 2007</th> <th>Dezembro de 2008</th> <th>Evolução</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Veículos utilitários</td> <td>40</td> <td>40</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Motos</td> <td>8</td> <td>8</td> <td>0%</td> </tr> </tbody> </table>		Veículo	Dezembro de 2007	Dezembro de 2008	Evolução	Veículos utilitários	40	40	0%	Motos	8	8	0%													
Veículo	Dezembro de 2007	Dezembro de 2008	Evolução																							
Veículos utilitários	40	40	0%																							
Motos	8	8	0%																							

Fontes: entrevistas e tabelas impressas fornecidas pela Superintendência de Fiscalização, Coordenadoria de Fiscalização Florestal e pelo Setor de Patrimônio Sema/MT

Indicadores de produtividade e resultados da fiscalização

Foram aplicados nesse ano 504 autos de infração por desmatamento ilegal, cobrindo uma área de 225 mil hectares, com um valor de multas de R\$ 221 milhões. O aumento com relação ao ano anterior foi de 64% no número de autos, 60% na área e 227% no valor das multas por desmatamento ilegal (Quadro 6).

Em termos de queimadas, foram aplicados 423 autos de infração no ano de 2008, cobrindo 312 mil hectares, com um valor de multas de cerca de R\$ 963 milhões. O aumento com relação ao ano anterior foi de 404% no número de autos, 725% na área e 823% no valor das multas aplicadas (Quadro 6).

Em 2008, a Sema-MT aumentou fortemente seu esforço de fiscalização florestal, com a emissão de 927 autos de infração de desmatamentos e queimadas ilegais (137% a mais que no ano anterior), 667 autos de infração por falta de licença ambiental, 121 termos de embargo de propriedades e 511 termos de embargo de produtos florestais. Essa ação resultou na aplicação de multas no valor total de R\$ 1,25 bilhão.

A consolidação dos resultados favoráveis da fiscalização florestal da Sema-MT depende da continuidade do crescimento no orçamento do setor e do investimento no fortalecimento da estrutura.

Também foram aplicados 667 autos de infração por falta de licença ambiental, com um valor de multas de cerca de R\$ 67 milhões, e foram distribuídas 663 notificações por falta de licença ambiental (um aumento de 292% com relação a 2007). Além disso, foram emitidos 121 termos de embargo de propriedades, cobrindo uma área de 27 mil hectares (Quadro 6).

Quanto à fiscalização de produtos florestais, resultou na emissão de 511 termos de apreensão (126% a mais que em 2007), para um volume total de 34 mil metros cúbicos de madeira ilegal (2% a menos que em 2007) (Quadro 6).

Quanto ao Ibama, em 2008 emitiu 448 autos por desmatamento ilegal, cobrindo uma área de cerca de 159 mil hectares, com um valor total de multas de R\$ 467 milhões. O número de autos cresceu 16% com relação ao ano anterior, porém a área atuada e o valor total das multas ficaram menores. Isso se deve ao fato de que os dados de 2007 incluem quatro autos de infração aplicados pelo Ibama ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por uma área total de 151 mil hectares e um valor total de R\$ 176 milhões (Quadro 7).

Para queimadas ilegais, o Ibama emitiu 87 autos de infração em 2008, por uma área de 35 mil hectares e com um valor total de multas de cerca de R\$ 72 milhões. Esse número de autos por queimadas ilegais foi 22% menos que no ano anterior, enquanto a área atuada foi 36% menor e o valor total das multas aplicadas 8% maior (Quadro 7).

Quadro 6 - Indicadores de produtividade e resultados da fiscalização da Sema-MT

Elementos de avaliação	Evolução de 2007 para 2008																					
<p>Número de autos de infração (AI) e termos emitidos pela fiscalização florestal da Sema-MT</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>307</td> <td>504</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>84</td> <td>423</td> </tr> <tr> <td>AI por falta de licença ambiental</td> <td>N.D.</td> <td>667</td> </tr> <tr> <td>Notificações para licenciamento ambiental</td> <td>169</td> <td>663</td> </tr> <tr> <td>Termos de embargo</td> <td>N.A.</td> <td>121</td> </tr> <tr> <td>Termos de apreensão</td> <td>226</td> <td>511</td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	307	504	AI por queimada ilegal	84	423	AI por falta de licença ambiental	N.D.	667	Notificações para licenciamento ambiental	169	663	Termos de embargo	N.A.	121	Termos de apreensão	226	511	<p>+64%</p> <p>+404%</p> <p>-</p> <p>+292%</p> <p>-</p> <p>+126%</p>
Categoria	2007	2008																				
AI por desmatamento ilegal	307	504																				
AI por queimada ilegal	84	423																				
AI por falta de licença ambiental	N.D.	667																				
Notificações para licenciamento ambiental	169	663																				
Termos de embargo	N.A.	121																				
Termos de apreensão	226	511																				
<p>Valor dos autos de infração (AI) emitidos pela fiscalização florestal da Sema-MT</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>67,8</td> <td>221,3</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>104,3</td> <td>962,9</td> </tr> <tr> <td>AI por falta de licença ambiental</td> <td>N.D.</td> <td>66,8</td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	67,8	221,3	AI por queimada ilegal	104,3	962,9	AI por falta de licença ambiental	N.D.	66,8	<p>+60%</p> <p>+725%</p> <p>-</p> <p>-2%</p>									
Categoria	2007	2008																				
AI por desmatamento ilegal	67,8	221,3																				
AI por queimada ilegal	104,3	962,9																				
AI por falta de licença ambiental	N.D.	66,8																				
<p>Valor dos autos de infração (AI) emitidos pela fiscalização florestal da Sema-MT</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>67,8</td> <td>221,3</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>104,3</td> <td>962,9</td> </tr> <tr> <td>AI por falta de licença ambiental</td> <td>N.D.</td> <td>66,8</td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	67,8	221,3	AI por queimada ilegal	104,3	962,9	AI por falta de licença ambiental	N.D.	66,8	<p>+227%</p> <p>+823%</p> <p>-</p>									
Categoria	2007	2008																				
AI por desmatamento ilegal	67,8	221,3																				
AI por queimada ilegal	104,3	962,9																				
AI por falta de licença ambiental	N.D.	66,8																				

Fontes: Planilhas fornecidas pela SUF

Nota: termos de embargo começaram a ser aplicados em 2008, em função do decreto federal Decreto Federal 6321 de 21/12/07

Quadro 7 - Indicadores de produtividade e resultados da fiscalização do Ibama-MT

Elementos de avaliação		Evolução de 2007 para 2008									
<p>Número de autos de infração (AI) emitidos pelo Ibama - MT</p> <table border="1"> <caption>Número de autos de infração emitidos</caption> <thead> <tr> <th>Tipo de infração</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>387</td> <td>448</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>112</td> <td>87</td> </tr> </tbody> </table>		Tipo de infração	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	387	448	AI por queimada ilegal	112	87	<p>+16%</p> <p>-22%</p>
Tipo de infração	2007	2008									
AI por desmatamento ilegal	387	448									
AI por queimada ilegal	112	87									
<p>Área dos autos de infração (AI) emitidos pelo Ibama - MT</p> <table border="1"> <caption>Área dos autos de infração (hectares)</caption> <thead> <tr> <th>Tipo de infração</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>340.237</td> <td>158.719</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>55.244</td> <td>35.465</td> </tr> </tbody> </table>		Tipo de infração	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	340.237	158.719	AI por queimada ilegal	55.244	35.465	<p>-53%</p> <p>-36%</p>
Tipo de infração	2007	2008									
AI por desmatamento ilegal	340.237	158.719									
AI por queimada ilegal	55.244	35.465									
<p>Valor dos autos de infração (AI) emitidos pelo Ibama - MT</p> <table border="1"> <caption>Valor dos autos de infração (milhões de R\$)</caption> <thead> <tr> <th>Tipo de infração</th> <th>2007</th> <th>2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AI por desmatamento ilegal</td> <td>514,0</td> <td>447,2</td> </tr> <tr> <td>AI por queimada ilegal</td> <td>66,5</td> <td>71,9</td> </tr> </tbody> </table>		Tipo de infração	2007	2008	AI por desmatamento ilegal	514,0	447,2	AI por queimada ilegal	66,5	71,9	<p>-9%</p> <p>+8%</p>
Tipo de infração	2007	2008									
AI por desmatamento ilegal	514,0	447,2									
AI por queimada ilegal	66,5	71,9									

Fontes: Planilhas fornecidas pelo Ibama - MT

Nota: os dados de 2007 incluem quatro autos de infração por desmatamento ilegal aplicados ao Incra, que totalizam uma área de 151 mil hectares e um valor de R\$ 176 milhões.

RESPONSABILIZAÇÃO

Tratamos aqui da responsabilização administrativa, que consiste no processo de aplicação e arrecadação das multas pelo órgão ambiental. Nesse primeiro momento, apresentamos algumas informações relativas à Sema-MT. Futuros levantamentos deverão abranger também a responsabilização administrativa no Ibama, bem como a responsabilização civil e penal.

A responsabilização administrativa tem origem na lavratura de autos de infração pelas equipes de fiscalização. Os processos instaurados devem passar pela análise jurídica do órgão ambiental. A decisão administrativa que resulta dessa análise pode confirmar as sanções, modificá-las, suspendê-las (quando o proprietário firma um termo de ajustamento de conduta no âmbito do licenciamento ambiental), ou ainda cancelá-las (quando não são válidas). Na sequência, os processos podem passar por até duas instâncias de recursos, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e o Pleno do Consema, até que as multas possam ser executadas e arrecadadas pelo estado.

Na Sema-MT, esses processos são tratados pela Superintendência de Procedimentos Administrativos e Autos de Infração (SPA). Os dados disponibilizados pela SPA e pelo Consema englobam, sem diferenciação, todos os tipos de infrações ambientais, incluindo a área florestal e de unidades de conservação, a área de empreendimentos, e a pesca. No entanto, os autos relativos à fiscalização florestal representam a grande maioria (91% em 2008) do valor total das multas aplicadas.

Indicadores de estrutura da responsabilização

A Superintendência de Procedimentos Administrativos e Autos de Infração (SPA) tinha no final de 2008 em seu quadro de servidores 20 advogados e 5 estagiários. Esse quadro é 108% maior do que aquele existente no final de 2007, quando havia apenas 08 advogados e 4 estagiários (Quadro 8).

A responsabilização é o processo jurídico que visa à execução das sanções aplicadas aos infratores, incluindo o pagamento das multas, a recuperação dos danos ambientais causados e, quando for o caso, as penas criminais.

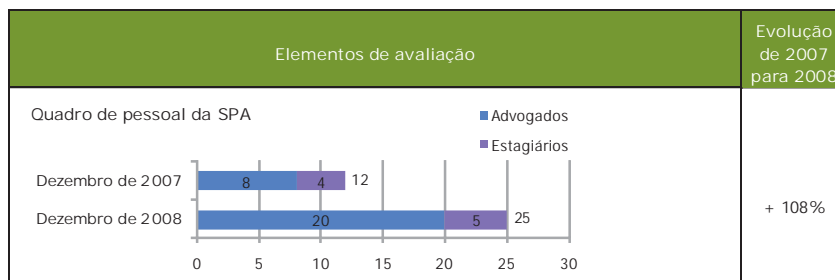
O quadro de pessoal da responsabilização mais que dobrou em 2008, porém ainda é insuficiente para atender a demanda de análise jurídica dos processos. Em função da falta de efetivo, havia no final de 2008 cerca de dois mil processos acumulados para análise jurídica.

Em termos de gestão e transparência da informação, há graves lacunas de informações sistematizadas sobre os processos de responsabilização administrativa. Adequações no sistema de informações, bem como na equipe e nas rotinas administrativas são necessárias para reverter essa situação.

As entrevistas apontam que seriam necessários pelo menos mais três advogados para atender à demanda de novos processos e reverter o passivo existente.

Faltam dados consolidados sobre as decisões administrativas e sobre o andamento e os resultados finais dos processos. Além disso, as informações sobre multas aplicadas e arrecadadas somente são disponíveis de forma agregada, sem distinção entre os diferentes tipos de infrações ambientais. Portanto, esse setor precisa de adequações no sistema de informações (Simlam) e no quadro de pessoal para que todas as informações e os andamentos dos processos possam ser lançados, permitindo assim acompanhar esses processos com mais efetividade e gerar os relatórios e estatísticas necessários. Também é necessária a criação de uma força-tarefa para providenciar o lançamento na base dos dados dos processos existentes.

Quadro 8 - Indicadores de estrutura da responsabilização na Sema-MT



Fontes: Dados documentais da SPA da Sema-MT

Indicadores de produtividade e resultados da responsabilização

A produtividade da análise jurídica progrediu em 2008, no entanto os resultados finais da responsabilização administrativa ainda são muito preocupantes. O valor total das multas aplicadas em decisões administrativas (R\$ 190 milhões) e o valor das multas efetivamente arrecadas (R\$ 3,4 milhões) são muito baixos se comparados com o valor total das multas aplicadas pela fiscalização no mesmo ano (R\$ 1,37 bilhão). Essa falta de efetividade da responsabilização administrativa precisa ser resolvida.

Em 2008 a SPA analisou 2.162 processos, o que representa um aumento de 151% em relação ao ano de 2007 (861 processos). As informações detalhadas sobre as decisões administrativas que resultaram dessas análises não estão disponíveis. O valor total das multas que foram aplicadas em decisões administrativas da SPA em 2008 foi de R\$ 190 milhões. Esse valor é baixo se comparado ao valor total de multas aplicadas pela fiscalização em 2008 (1.297 milhões) ou em 2007 (R\$ 523 milhões) (Quadro 9).

Em termos de recursos em processos administrativos ligados a infrações ambientais, o Consema deliberou em primeira instância sobre 223 recursos em 2008, um número 6% inferior ao ano anterior (238 processos). Entre os recursos julgados pelo Consema em 2008, 68% foram improvidos (o que significa, na maior parte dos casos, a manutenção da multa), 9% foram parcialmente providos (geralmente, a redução da multa em 90%), 20% foram providos (geralmente, o cancelamento da multa) e 2% ficaram sem resposta. Quanto ao Pleno Consema, deliberou em segunda instância sobre 39 recursos em 2008, um número 117% superior ao ano anterior (18 processos). Entre os recursos julgados pelo Pleno Consema em 2008, 46% foram improvidos, 49% foram parcialmente providos e 5% foram providos (Quadro 9). Esses dados mostram que os recursos julgados pelo Consema ou o Pleno Consema representam uma proporção limitada do número total de processos e que em muitos casos as multas são reduzidas ou canceladas.

No fim, um valor muito baixo de multas é efetivamente arrecadado. Em 2008, esse valor foi de R\$ 3,4 milhões. Portanto, nesse ano o fator entre o valor de multas aplicadas na fiscalização e o valor de multas arrecadado foi de 384 para um. Mesmo comparando o valor das multas aplicadas pela fiscalização em 2007 com o valor das multas arrecadadas em 2008, obtém-se um fator de 154 para um.

Quadro 9 - Indicadores de produtividade e resultados da responsabilização na Sema-MT

Elementos de avaliação	Evolução de 2007 para 2008
<p>Número de processos administrativos analisados pela SPA</p> <p>Total de processos analisados (decisões administrativas)</p> <p>2007: 861 2008: 2.162</p>	+151%
<p>Resultado das decisões administrativas da SPA</p> <p>Indisponível</p>	N.D.
<p>Número de deliberações do Consema e resultados dos recursos de infrações ambientais</p> <p>2007: 165, 10, 46, 17 = 238 2008: 152, 21, 45, 5 = 223</p>	-6%
<p>Número de deliberações do Pleno Consema e resultados dos recursos de infrações ambientais</p> <p>2007: 8, 3, 7 = 18 2008: 18, 19, 2 = 39</p>	+117%
<p>Valor de multas aplicadas e arrecadadas pela Sema-MT</p> <p>Multas aplicadas pela fiscalização da Sema-MT: 2007: 523, 2008: 1.297 Multas aplicadas nas decisões administrativas da Sema-MT: N.D., 190,8 Multas arrecadadas pelo setor de arrecadação da Sema-MT: 2,1, 3,4</p>	+148% N.D. +65%

Fontes: Dados documentais da SPA, do Consema e da Coordenadoria de Arrecadação da Sema-MT

Nota: informações relativas a todos os tipos de infrações ambientais (florestais, de empreendimentos e de pesca)



Realização:



Apoio:

